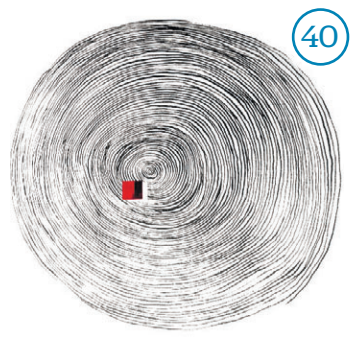
CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO

POR
Guilherme Costa
Economista, gestor

Complexidade económica e descentralização do poder

Em sistemas complexos como são as economias modernas, os índices de complexidade económica (ICE) –calculados inicialmente por Hausmann e Hidalgo, em Harvard, a partir de dados do comércio mundial – avaliam a diversificação das estruturas industriais e a sofisticação dos bens produzidos em cada território. Estabelecem uma hierarquia tecnológica entre os países com forte correlação com os PIB respetivos.

As duas macrorregiões industriais portuguesas, o "Noroeste Industrial" (Porto, Aveiro, Braga e Viana) e "Lisboa (com os seus eixos industriais)", têm em 2020 valores muito próximos para os ICE. A qualidade tecnológica das duas macrorregiões será equiparável, apesar de características e trajetos distintos que tendem a exprimir a influência desigual das principais instituições económicas e a relação diferenciada com o Estado.

Uma vez que os modelos de desenvolvimento tecnológico-industrial são tão diferenciados e um dos modelos não é uma mera etapa do percurso para chegar ao outro, pergunto: estruturas e processos diferentes não deveriam exigir políticas e centros de decisão diferentes?

O modo de pensar centralista, predominante no país, responde que não: as decisões de política económica devem ser únicas e tomadas num centro "único" de poder. A resposta traduz a convicção sobre o papel de comando de um centro económico e político da vida social do país, com legitimidade para decidir sobre a aplicação dos recursos nacionais, "distanciando-se", quando não "ignorando", condições, valores e objetivos de cada região.

O anticentralismo tem fortes reservas relativamente a esta lógica centralizadora invocando, além do mais, que nos países mais desenvolvidos a organização do Estado é descentralizada. O princípio da subsidiariedade, que as melhores práticas universais e a nossa Constituição consagram, surge como a fórmula de bom senso que permite ao Estado executar melhor as políticas nacionais e respeitar os direitos de pertença das populações através de instituições de governo regional.

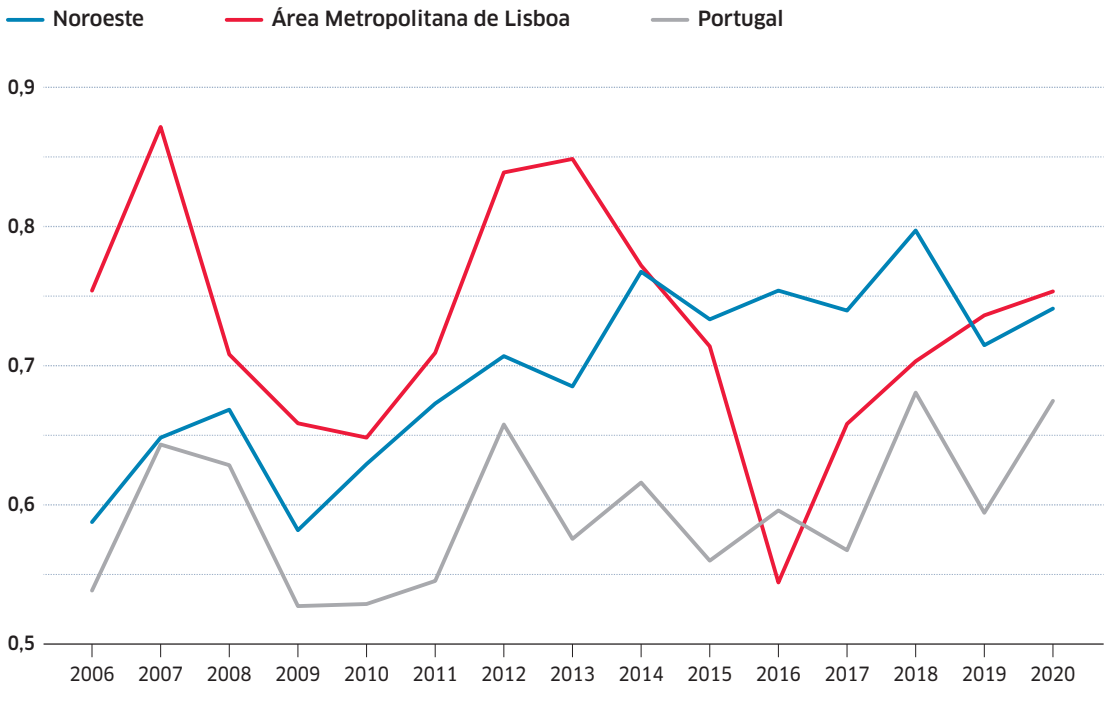
A defesa da centralização reclama o suporte de qualquer das opções polares que encontramos no debate standard sobre políticas económicas – "contar sobretudo com o Estado" ou "deixar tudo para o mercado". Das duas uma: ou uma elite especializada compreende o funcionamento da economia e um Estado central é capaz de identificar soluções para os problemas ou este comando não é relevante nem útil e o Estado deve ter um peso tão reduzido quanto possível.

A crítica a esta simplificação excessiva da realidade económica acentua-se com a representação das economias como sistemas complexos. Das interações de mercado emergem soluções que não são necessariamente ótimas relativamente aos objetivos dos indivíduos e da sua vida social; o ativismo governamental encontra aqui um espaço, que contudo deve ser muito contido porque as elites político-económicas têm uma capacidade limitada de compreensão do funcionamento das economias.

Sistemas complexos como as economias, inscritos na vida política e social, estão em permanente evolução e desenvolvem múltiplos mecanismos endógenos que lhes permitem funcionar. As políticas públicas são processos de interação (top down e bottom-up) entre governos e agentes, visando escolhas coletivas criadoras de ordem social, selecionadas por experimentação e erro, adaptadas a cada problema e a cada contexto.

À luz das ideias da complexidade e da evolução, a opção por estruturas de poder descentralizadas sai reforçada. Completada por uma governação policêntrica capaz de promover a cooperação das regiões e os comportamentos "fair" dos agentes, as condições para jogos de soma positiva melhoram. O todo (economia nacional) pode ser maior que a soma das partes.

Índice de Complexidade Económica em Portugal e nas Macrorregiões Industriais



"A sustentação do crescimento do ICE no Noroeste Industrial é um desafio para as políticas económicas do centralismo e apela a estruturas de poder descentralizadas".